



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA
Entrada nº: <u>6</u>
Data: <u>09.01.2018</u>

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

09.01.2018

ASSUNTO: Proposta n.º1019-P/2017

“Projeto de primeiras Alterações ao Regulamento da Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 9 de janeiro de 2018.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

5

Nos termos do Art.º 57.º, n.ºs 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 09-01-2018**.

Proposta n.º 1019-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 9 de janeiro de 2017.

O Presidente



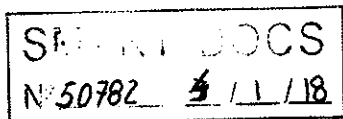
Basílio Horta

A Coordenadora



Helena Saraiva





PROPOSTA Nº 1019 - P / 2017

Considerando que:

- A Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva;
- Decorridos mais de seis anos tornou-se necessário considerar a experiência já adquirida pelos serviços municipais relativamente à gestão do equipamento municipal e ainda compatibilizar o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva com o Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra, entretanto alterado por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 25 de Novembro de 2015;
- Em 17 de Maio de 2017 foi decidido que se procedesse aos trabalhos supra mencionados;
- Na sequência da publicação de Aviso na página da Câmara Municipal de Sintra, em 23 e Maio de 2017 procedeu-se formalmente ao início do procedimento e ao prazo para a constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro;
- Entre 25 de Maio de 2017 e 18 de Julho de 2017, prazo que excede os usuais 30 dias para o efeito, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais;
- O projecto da presente Alteração ao Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 9541/2017 na II Série do Diário da República, n.º 159, de 18 de Agosto de 2017, nos termos e

para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal;


- Não se verificou a ocorrência de quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.

Tenho a honra de propôr que:

A Câmara Municipal de Sintra delibere, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo regime, **as Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva**, em anexo à presente Proposta e que desta fazem parte integrante para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho de Sintra, 22 de Dezembro de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)

Reunião de

09 JAN. 2018

Doc.º Agendado com: o
Nº 5

2



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



N.º SM 50782/2017

Sintra, 12-12-2017 14:06:14

Assunto: PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO MUNICIPAL ANTÓNIO SILVA – PROCESSO JURÍDICO Nº 280/2017

Carlos Manuel Pinheiro
da Silva Bordado

Digitally Signed by Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
DN: CN=Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Gabinete Jurídico e de Notariado, O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT
Reason: Paracer
Date: 2017-12-12 15:47:58

Exma. Sra. Diretora,
Concordo, submetendo à consideração superior o Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, o qual não recebeu contributos no âmbito da consulta pública a que foi submetido, nos termos do artigo 101.º do CPA, propondo-se que se remeta a minuta de Proposta para deliberação do Executivo ao Exmo. Sr. Presidente, para, em caso de concordância, sua subscrição.

À consideração superior,

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas, SERIALNUMBER=DCTP-10002879, T=Chefe de Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular, O=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Paracer
Date: 2017-12-12 16:36:33

Exmo. Senhor Presidente,
Concordo, submetendo-se a V.Exa. o projeto de primeiras alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, propondo, em caso de concordância a sua submissão ao executivo municipal para deliberação e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal.
Todavia, à consideração de V.Exa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito
DN: CN=Sandra Isabel Magno de Brito, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Gabinete Jurídico e de Notariado, O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT
Reason: Despacho
Date: 2017-12-12 17:15:33

Quil
22/12/17
93.

Reunião de

09 JAN. 2018

Docº Agendado com o
Nº 5



Informação – Proposta n.º SM 50782

Sintra, 12.DEZ. 2017

Assunto: PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO MUNICIPAL ANTÓNIO SILVA – PROCESSO JURÍDICO Nº 280/2017

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado, DJUR

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR, Dra. Lúcia Vargas

Na sequência da distribuição do processo em epígrafe ao subscritor em 19 de Maio de 2017 foram desenvolvidas em articulação com a DCUL, as diligências necessárias à correcta adequação jurídica do texto e à necessária, tendo em vista a concretização do documento em epígrafe. Assim, sou de informar V.Exa. que:

I

No âmbito da tramitação legalmente estabelecida relativamente ao documento em epígrafe, foi cumprida a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra, em 25 de Maio de 2017.

Entre 25 de Maio de 2017 e 18 de Julho de 2017, prazo que excede em muito os usuais 30 dias para o efeito, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

II

O Projecto foi submetido à superior consideração do Exmº Senhor Vice-Presidente Vereador Rui Pereira em 18 de Julho de 2017, que à data era o eleito com competências delegadas e sub-delegadas na área da cultura, tendo merecido a sua concordância para que se procedesse à consulta pública.

Por despacho do Exmº Senhor Presidente da Câmara de 21 de Julho de 2017 foi determinado que se procedesse à consulta pública.

Reunião de

09 JAN. 2018

Docº Agendado com o
Nº 5

O projeto da presente Alteração ao Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 9541/2017 na II Série do Diário da República, n.º 159, de 18 de Agosto de 2017, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Não se verificou a ocorrência de quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.

O Projecto encontra-se, assim, em condições de aprovação por parte do deliberativo municipal sob proposta do executivo.

Face a todo o exposto, sou de propôr que seja colocada à superior consideração e concordância o texto do Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, junto com minuta de Proposta formal a submeter a deliberação do Executivo Municipal ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 25.º ambas do mesmo Regime.

À Consideração Superior de V.Exa.

O Técnico Superior Jurista



(Carlos Bordado)

Reunião de

09 JAN. 2018

Doctº Agendado com o
Nº 5



Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva

Dezembro de 2017

DELIBERADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM

APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM ...



**Projecto de Primeiras Alterações ao
Regulamento de Organização, Funcionamento e
Utilização do Auditório Municipal António Silva**

PREÂMBULO

O Auditório Municipal António Silva constitui um espaço aglutinador, dinamizador e polivalente de promoção e difusão de actividades culturais, designadamente de espectáculos cénicos, musicais, cinematográficos e artísticos, no Município de Sintra.

O auditório foi nomeado em memória do actor António Silva, comediante, nascido em Lisboa em 1886 e falecido na mesma cidade em 1971, residente sazonalmente na Praia das Mações, figura inesquecível do cinema e da revista à portuguesa que se notabilizou na sua “época de ouro” em filmes como *“O Pátio da Cantigas”*, *“O Leão da Estrela”* ou *“O Grande Elias”*.

Face à importância de que este espaço se reveste na dinâmica do Município, julga-se oportuno regulamentar as condições da sua utilização, elaborando um conjunto de normas que garantam o respeito e zelo pelas suas instalações e equipamentos, por parte de todos os que os utilizam, estabelecendo concomitantemente critérios para apurar responsabilidades e para cedência do espaço a determinadas entidades ou grupos de pessoas, quando e se necessário.

Com a elaboração deste regulamento pretende-se não só disciplinar a actividade do Espaço e o acesso a equipamentos e serviços especialmente vocacionados para o desenvolvimento integral dos munícipes correspondendo, de algum modo, às alterações que as novas formas de produção, difusão, acesso e uso da informação cultural têm provocado na vertente ética e jurídica, na cultura e mentalidade das organizações, nas necessidades de lazer e, enfim, no exercício da cidadania a que todos têm direito.



Por outro lado, tratando-se de um equipamento público de utilização colectiva, a respectiva gestão pode pressupor, em alguns casos, o pagamento de determinados montantes por parte dos utilizadores, de acordo com o estabelecido no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, efectuando-se, em sede do presente regulamento e para as taxas nele previstas o delinear de bases para a fundamentação económico-financeira das mesmas, em cumprimento do disposto na Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

Face ao exposto, o presente regulamento foi sujeito a audiência dos interessados nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo o mesmo, concomitantemente submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, à apreciação pública pelo prazo de trinta dias, através da publicação do Aviso nº 10948/2010, publicado na II Série do Diário da República nº 106, de 1 de Junho de 2010.

Não foram recebidos quaisquer contributos.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, nº 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado na alínea a) do nº 2 do artigo 53.º e da alínea a) do nº 6 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 10.º, 15.º, 16º e 55.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, da alínea e) do nº 1 do artigo 6.º e nº 1 do artigo 8.º da Lei nº 53 -E/2006, de 29 de Dezembro e artigo 13º, nº1 alínea e) e 20º nº 1 alínea a) da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.

Decorridos mais de seis anos tornou-se necessário considerar a experiência já adquirida pelos serviços municipais relativamente à gestão do equipamento municipal e ainda compatibilizar o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva com o Regulamento do Património Imóvel do



Município de Sintra, entretanto alterado por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 25 de Novembro de 2015.

Em 17 de Maio de 2017 foi decidido que se procedesse aos trabalhos supra mencionados.

Na sequência da publicação de Aviso na página da Câmara Municipal de Sintra, em 23 e Maio de 2017 procedeu-se formalmente ao início do procedimento e ao prazo para a constituição de interessados prevista no n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.

Entre 25 de Maio de 2017 e 18 de Julho de 2017, prazo que excede os usuais 30 dias para o efeito, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

O projecto da presente Alteração ao Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 9541/2017 na II Série do Diário da República, n.º 159, de 18 de Agosto de 2017, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Não se verificou a ocorrência de quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 e da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprova na sua Sessão realizada em de de, às **Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.**



Foram objecto de alteração e aditamento o Preâmbulo, as epígrafes do Capítulo II, sua Secção I e Secção II, as seguintes disposições:

- nº 3 do artigo 2º;
- nº 2 do artigo 3º;
- nº 1 do artigo 4º;
- nº 2 do artigo 5º;
- nº 2 do artigo 7º;
- nºs 3 a 5 do artigo 8º;
- nºs 3 a 7 do artigo 10º;
- nºs 1 e 3 do artigo 11º;
- nº 1 do artigo 13º;
- nº 1 do artigo 16º;
- artigo 17º;
- alínea l) do artigo 31º;
- alíneas c) e n) do nº 1 e nº 2 do artigo 32º;
- artigo 33º;
- artigo 35º;
- nº 1 do artigo 36º;

As alterações e aditamentos, encontram-se integradas ou expressamente assinaladas no Regulamento o qual se republica como texto consolidado, a publicitar nos termos legais e a entrar em vigor no prazo de 5 dias após a respectiva publicação em II Série de Diário da República. Assim:



Título I

Disposições Gerais

Capítulo I

Objecto, âmbito de aplicação, missão e objectivos

Artigo 1.º

Objecto

1. O presente regulamento estabelece as normas relativas à gestão, funcionamento e utilização do Auditório Municipal António Silva, abreviadamente designado AMAS.
2. Com este regulamento visa-se, igualmente, afirmar o auditório como uma instituição cultural aberta a toda a sociedade.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. As normas contidas no presente regulamento integram os princípios essenciais do AMAS, tendo em vista não só a sua funcionalidade, como a preservação, a defesa dos equipamentos e uma permanente optimização da qualidade do serviço prestado aos utilizadores.
2. O auditório é um serviço público de natureza cultural, formativa e informativa direccionado a todos os utilizadores, com especial destaque aos munícipes, cujo enquadramento, missão e vocação se encontram definidos no presente regulamento.
3. São destinatários do presente regulamento em geral, ficando sujeitos ao mesmo, para além dos colaboradores da Autarquia, os seguintes elementos externos à Câmara Municipal de Sintra:
 - a) Os utilizadores do auditório;
 - b) Os artistas, técnicos ou outros elementos que os acompanhem;
 - c) As entidades a quem possa ser cedido o espaço, quer através de cedência de utilização nos termos do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra,



quer por cedência temporária de utilização para realização de eventos, taxada nos termos do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra;

d) Os organizadores dos espectáculos, bem como outros elementos que estejam relacionados com a organização do evento.

Artigo 3.º

Missão genérica

1. O AMAS tem por missão genérica propiciar localmente o acesso à cultura, fomentando a prosperidade e desenvolvimento dos indivíduos e da comunidade, indo deste modo ao encontro das suas necessidades culturais, de carácter lúdico, recreativo, educativo, social e de lazer, proporcionando-lhes um papel activo e construtivo na sociedade contemporânea.

2. A missão referida no nº anterior, concretiza-se, de forma directa ou indirecta, através da realização de espectáculos, congressos, conferências, seminários e demais eventos sócio-culturais, artísticos, técnico-científicos ou outros, promovidos quer pela autarquia, quer por pessoa singular ou colectiva, entidade pública ou privada a quem, a qualquer título tenha sido cedida a utilização do espaço, desde que se adequem às instalações e não sejam incompatíveis com a utilização de um bem público.

3. As actividades a realizar no auditório devem, designadamente:

- a) Criar e fortalecer nos munícipes hábitos de consumo cultural;
- b) Apoiar a elevação do nível cultural individual dos munícipes, oferecendo possibilidades de desenvolvimento pessoal e sempre que possível, estimulando a imaginação e a criatividade;
- c) Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pela realização e inovação científica;
- d) Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- e) Fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;
- f) Propiciar uma abordagem inter-geracional das questões enfocadas.



4. O referido no nº 2 do presente artigo, quanto às atribuições municipais, directamente exercidas no âmbito da competência da Câmara Municipal, concretiza-se, sempre que possível, através da apresentação de uma programação anual.

Artigo 4.º

Objectivos

1. O AMAS assume como objectivos estratégicos o desenvolvimento cultural integral dos munícipes, facultando-lhes o acesso à cultura, a par de uma componente recreativa, lúdica e social, designadamente:

- a) dinamizar a sua integração social e cívica, apoiando e estimulando a sua participação em actividades de carácter cultural, artístico, social, educativo, lúdico e desportivo, bem como em actividades de cariz científico ou económico, entre outras, designadamente as que sejam organizadas pelo Departamento de Turismo e Cultura, ou pelas entidades referidas no nº 2 do artigo anterior;
- b) apoiar as actividades promovidas por associações culturais do Município;
- c) possibilitar e contribuir para o pleno desenvolvimento e elevação do nível de formação sócio-cultural e cívica no Município de Sintra;
- d) contribuir para a democratização do acesso à cultura, independentemente do seu carácter ou suporte sem distinção de etnia, cor, nacionalidade, idade, género, religião, língua, situação social e nível de instrução.

2. O auditório realiza todos os esforços ao seu alcance para garantir o cumprimento integral dos seus objectivos, designadamente:

- a) proporcionando aos utilizadores uma variedade equilibrada de oferta, de forma a que a mesma possa corresponder e satisfazer as suas necessidades e expectativas;
- b) colaborando em actividades de cooperação com outros auditórios e entidades ou organismos similares, vocacionados para a actividade em causa, numa lógica de intercâmbio de experiências de ordem cultural.



Capítulo II

Competência e responsabilidade

Artigo 5.º

Competência e responsabilidade da gestão

1 - O AMAS é gerido e administrado pela Câmara Municipal de Sintra, através do Departamento de Turismo e Cultura, ou, em caso de alteração macro-estrutural, pela unidade orgânica que tenha essa incumbência.

2 – Sem prejuízo dos actos que impliquem o exercício de poderes públicos ou administrativos de autoridade, a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS pode ser assegurada por pessoa singular ou colectiva, entidade pública ou privada a quem o Município tenha cedido a utilização do espaço,

Título II

Regime de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório

Capítulo I

Áreas funcionais, horário de funcionamento e acesso

Artigo 6.º

Áreas funcionais

1. O auditório possui, as seguintes áreas funcionais:

- a) bilheteira;
- b) sala de espectáculos – área destinada ao público;
- c) área técnica do palco - área destinada à organização, técnicos de palco e actores;
- d) sala de projecção – área técnica destinada aos técnicos da especialidade;
- e) cabines de tradução – área técnica destinada aos técnicos da especialidade;
- f) cabine de material técnico – área técnica destinada aos técnicos da especialidade;
- g) camarins e instalações sanitárias – área destinada aos artistas e demais técnicos.



2 . As áreas referidas nas alíneas c) a g) do nº anterior são de acesso restrito não se encontrando abertas ao público.

Artigo 7.º

Horário

1. Compete ao eleito com competências próprias ou delegadas/subdelegadas na área da cultura estabelecer o horário das iniciativas municipais, com respeito pelo quadro legal em vigor para a administração pública, de acordo com as necessidades da população, ponderando os recursos materiais e humanos disponíveis e mediante a programação definida.

2. Quando a gestão corrente do espaço e da programação do AMAS incumbir à entidade referida no nº 2 do artigo 5º, o estabelecimento do respectivo horário assiste-lhe.

3. O horário é afixado em local público e visível e disponibilizado na página da Câmara Municipal de Sintra na internet em www.cm-sintra.pt.

Artigo 8.º

Acesso

1. Sem prejuízo do disposto na lei quanto à classificação de espectáculos, o acesso do público ao auditório efectiva-se mediante a emissão de bilhetes ou convites.

2. Os bilhetes para o evento podem implicar o pagamento de um montante previamente determinado.

3. Quando o AMAS esteja a ser directamente gerido e administrado pela Câmara Municipal de Sintra o acesso é controlado pelos trabalhadores municipais de serviço, com a colaboração de elementos da organização do evento quando o mesmo não seja de iniciativa municipal.



4. Quando a gestão corrente do espaço e da programação do AMAS incumbir à entidade referida no nº 2 do artigo 5º, o controlo de acessos e a gestão de bilheteira assiste-lhe.

5 – Em qualquer hipótese e independentemente da responsabilidade de gestão, não se pode exceder a lotação prevista para a sala.

Artigo 9º

Cidadãos com Necessidades Especiais

1. Os cidadãos com necessidades especiais têm prioridade no atendimento e no acesso ao auditório, nos termos da legislação em vigor.

2. No auditório existem lugares adaptados e destinados a cidadãos com necessidades especiais.

Capítulo II

Espaço do auditório e sua cedência

Secção I

Princípios Gerais

Artigo 10.º

Finalidade do espaço

1. A finalidade do espaço encontra-se subordinada à sua missão referida no artigo 3º e aos objectivos enunciados no artigo 4º do presente regulamento.

2. A informação sobre as actividades, previstas ou em curso, podem ser obtidas:

- a) no auditório;
- b) por via telefónica;
- c) por correio electrónico;
- d) através do boletim municipal;
- e) na página da Câmara Municipal de Sintra em www.cm-sintra.pt;



f) na agenda cultural e nas demais edições impressas ou electrónicas da Câmara Municipal de Sintra.

3. Qualquer actividade ou acção a realizar no auditório caso seja directamente gerido e administrado pela Câmara Municipal de Sintra deve fazer parte do planeamento cultural, formativo e informativo da mesma.

4. A planificação e a programação no auditório é elaborada de acordo com os objectivos estratégicos superiormente determinados.

5. O auditório sempre que seja directamente gerido e administrado pela Câmara Municipal de Sintra destina-se, prioritariamente:

a) ao desenvolvimento de actividades inseridas na sua programação anual e/ou na programação pontual do Departamento de Turismo e Cultura.

b) ao desenvolvimento de actividades inseridas na programação de outras unidades orgânicas da Câmara Municipal de Sintra.

6. A sala do auditório, no caso de gestão e administração directa pela Câmara Municipal de Sintra pode ser temporariamente cedida a outras entidades, nomeadamente, a Juntas de Freguesia do Município, escolas, grupos de teatro amadores ou profissionais, colectividades e associações do Município de Sintra, designadamente de natureza cultural e social.

7. A cedência referida no nº anterior para iniciativas de outras entidades do Município que não as referidas no ponto anterior, e para iniciativas de entidades fora do Município reveste-se de carácter excepcional e deve ser fundamentada.

Artigo 11.º

Cedência da utilização a entidades externas ao Município

1. A cedência de utilização do AMAS pode ocorrer:

a) A entidades públicas, privadas e organismos legalmente existentes, nos termos do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra para fins de interesse público, mediante a celebração de um protocolo de colaboração ou outra forma permitida por lei, no qual serão definidas as obrigações assumidas pelas partes;



b) Mediante o pagamento de um montante previsto na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município, para a realização de actividades de carácter cultural, educativo, artístico e desportivo, bem como em actividades de cariz científico ou económico, cuja organização pertença a entidades externas à Câmara Municipal de Sintra;

2. As actividades a realizar no auditório nos termos da alínea b) do nº anterior são sempre asseguradas, ou têm de ser acompanhadas, por trabalhadores municipais a ele afectos, quer por razões de segurança, quer por razões de responsabilização dos serviços, encontrando-se os custos inerentes integrados no quantitativo do montante previsto no nº anterior.

3. A cedência referida na alínea a) do nº 1 é efectuada em termos onerosos nos termos do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra, podendo a contraprestação ser traduzida em contrapartidas de natureza não financeira, designadamente a realização de eventos culturais a solicitação do Município.

Artigo 12.º

Finalidade da cedência e impedimentos

1. As cedências referidas no artigo anterior podem ser efectuadas a qualquer entidade privada ou pública de entre as referidas nos nºs 6 e 7 do artigo 10º, desde que:

- a) a mesma se enquadre nos objectivos do auditório;
- b) não colida nem prejudique a actividade e finalidade dos serviços nem o seu regular e bom funcionamento;
- c) a actividade a desenvolver se adeque às instalações; e
- d) não seja incompatível com a utilização de um bem público.

2. A cedência da utilização do espaço não pode ser efectuada para os seguintes fins:

- a) culto religioso;
- b) iniciativas que, pelas suas características, possam ameaçar a segurança dos espaços, dos seus equipamentos e da assistência;
- c) iniciativas que apelem ao desrespeito dos valores constitucionais, nomeadamente no âmbito dos direitos e garantias dos cidadãos; e



d) iniciativas de carácter discriminatório.

Secção II

Cedência mediante pagamento de Taxas

Artigo 13.º

Pedido de cedência

1. O pedido de cedência da sala do auditório nos termos da alínea b) do artigo 11º deve ser formulado em requerimento adequado, disponível em www.cm-sintra.pt, dirigido ao Presidente da Câmara, com a antecedência, sempre que possível, de sessenta dias em relação à data da iniciativa que se pretende realizar.
2. O requerimento indicado no nº anterior, deve ser acompanhado de:
 - a) uma descrição sucinta da actividade a promover;
 - b) indicação da data e horário da utilização;
 - c) demais informação considerada relevante para a avaliação do pedido de cedência.
3. Os pedidos formulados apenas podem ser considerados em função da disponibilidade do espaço.

Artigo 14.º

Montagem de Cenários

1. O pedido para montagem de cenários deve ser requerido em conjunto com o pedido de cedência, explicitando claramente qual o espaço, dias e horário pretendido, o qual, sempre que possível, deve coincidir com o horário de funcionamento do AMAS.
2. Os cenários têm que ser desmontados logo após o final do espectáculo.

Artigo 15º

Camarins

1. O uso dos camarins encontra-se integrado no pedido de cedência previsto no artigo 13º.
2. O controlo de acesso à área dos camarins é da total responsabilidade da entidade requerente.



Artigo 16º

Sala de projecção, sala de tradução e cabine de material técnico

1. O pedido para uso da sala de projecção, cabines de tradução, cabine de material técnico e equipamento deve ser requerido em conjunto com o pedido de cedência, previsto no artigo 13º.
2. O pedido deve referir quais os sistemas (luz e/ou som), microfones, projector multimédia, mobiliário, ou outros que se encontrem disponíveis, que se pretende utilizar.
3. O manuseamento do material técnico efectuado nos termos do presente regulamento encontra-se sujeito a inventariação prévia e a conferência subsequente a cada utilização.
4. Os formatos áudio e vídeo devem ser devidamente testados, com a antecedência mínima necessária relativamente ao início do evento, preferencialmente no dia que o antecede.
5. O mapa de luz e/ou som pretendidos deve ser solicitado, com dois dias de antecedência.

Artigo 17º

Ensaaios

O pedido para ensaios deve ser requerido em conjunto com o pedido de cedência, previsto no artigo 13º, explicitando claramente qual o espaço, dias e horário pretendido, o qual, sempre que possível, deve coincidir com o horário de funcionamento do AMAS.

Artigo 18.º

Critérios do pedido de apreciação

1. A selecção dos pedidos apresentados é efectuada com base em critérios de interesse público, fundamentalmente tendo em atenção o interesse da iniciativa para o Município e de acordo com critérios de qualidade.



2. No caso de pedidos coincidentes no que respeita à data e hora de utilização é dada preferência às entidades sediadas no Município de Sintra e, de entre estas, ao pedido formulado em primeiro lugar.

3. Sem prejuízo do disposto nos nºs anteriores, a Câmara Municipal de Sintra, a Assembleia Municipal de Sintra, as Juntas e Assembleias de Freguesia, gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência na marcação dos espaços objecto de cedência para actividades próprias ou por si organizadas.

4. O auditório reserva, para os convidados institucionais e em qualquer situação enquadrada neste artigo, o direito, por sessão, a determinados lugares a estabelecer pelo Presidente da Câmara e pelo eleito com competências delegadas / subdelegadas na área da cultura.

Artigo 19.º

Parecer técnico

De acordo com os critérios indicados no artigo anterior e no prazo de dez dias a contar da data da entrada do pedido em causa, a unidade orgânica gestora do auditório deve emitir parecer técnico devidamente fundamentado, a fim de ser submetido à aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura.

Artigo 20.º

Autorização do pedido

1. A autorização do pedido é comunicada aos interessados, sendo a notificação acompanhada:

- a) da indicação onde pode ser consultado o presente Regulamento, em www.cmsintra.pt;
- b) da minuta da declaração de aceitação e ficha de material, cujo modelo deve ser elaborado pelo serviço gestor;
- c) ficha de avaliação do auditório e do serviço prestado, a entregar após o termo da iniciativa e cujo modelo deve ser elaborado pelo serviço gestor.



2. A declaração de aceitação indicada no nº anterior, formaliza a concordância, por parte da entidade requerente:

- a) com a cedência de utilização;
- b) com as datas e horários previstos para a realização da iniciativa pretendida;
- c) com o teor do presente regulamento.

3. A notificação referida no nº 1 do presente artigo pode ser efectuada por meios electrónicos, de acordo com a legislação aplicável e, ainda através de fax ou em suporte de papel.

4. A declaração de aceitação prevista no nº 2 do presente artigo deve ser remetida à unidade orgânica competente, pelo meio mais célere, devidamente subscrita por responsável e, sempre que possível, com o carimbo ou selo branco da instituição requerente aposto sobre a assinatura.

Artigo 21.º

Comunicação da rejeição do pedido

1 . A rejeição do pedido deve ser notificada aos interessados contendo a respectiva fundamentação de facto e de direito.

2 . A notificação pode ser efectuada por uma das formas referidas no nº 3 do artigo anterior.

Artigo 22.º

Pagamento da utilização

1. A cedência para o evento, fica condicionada ao pagamento do montante constante da Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Sintra e à prestação de caução, até ao dia da iniciativa que se pretende realizar, sem prejuízo da eventual isenção ou redução prevista no Regulamento de Taxas e outras Receitas do Município de Sintra.

2. Sem embargo da responsabilidade civil nos termos gerais, a caução, de valor correspondente a 30% do montante do preço, destina-se a garantir o cumprimento das obrigações de conservação e manutenção corrente do espaço cedido em bom estado, por parte do utilizador e será devolvida ao mesmo no final do evento.



3. A liberação da caução por parte do Departamento de Administração Financeira e Património é efectuada na sequência de informação do serviço gestor quanto ao estado do espaço, prestada no prazo de 5 dias úteis seguintes ao termo do evento, despachada favoravelmente pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura.

4. As isenções de taxa e de caução encontram-se previstas no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

Artigo 23.º

Meios e Equipamentos

1. Os equipamentos existentes nas salas objecto de cedência, designadamente, luminotécnico, sonoro e informático, que sejam propriedade da Câmara Municipal de Sintra, só podem ser manuseados por técnicos da Autarquia, ou excepcionalmente por técnicos indicados pela entidade requerente, mediante autorização formal e expressa do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura e de acordo com os procedimentos e regras técnicas indicadas pela unidade orgânica gestora do auditório.

2 . Os técnicos indicados pela entidade requerente devem subscrever e entregar na unidade gestora do auditório um termo de responsabilidade pela sua utilização, contendo, designadamente, os seguintes dados pessoais:

- a) Nome, morada e telefone;
- b) Número do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- c) Menção da habilitação ou carteira profissional adequada, caso exista;
- d) Menção de que se responsabilizam pessoalmente por eventuais danos ou avarias do equipamento municipal.

3 . O modelo de declaração constante do nº anterior será elaborado pelo serviço gestor do auditório, tendo em atenção os elementos referidos e é aprovado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura.



Artigo 24.º

Montagem, Desmontagem e Levantamento de Equipamento e demais material

1. A montagem e a desmontagem de quaisquer equipamentos e demais material que pertençam às entidades a quem é cedido o espaço é da inteira responsabilidade das mesmas, decorrendo, no entanto, tais operações sob a orientação da unidade orgânica gestora do auditório.
2. O Município de Sintra declina qualquer responsabilidade sobre os equipamentos e demais material referido no nº anterior, designadamente por qualquer dano ou deterioração dos mesmos, não havendo lugar a qualquer indemnização por esse facto.
3. No próprio dia ou no dia imediato ao *terminus* das iniciativas, as entidades organizadoras devem levantar os equipamentos e demais material que lhes pertençam.
4. No caso do equipamento e demais material não vir a ser levantado no prazo atrás referido, as entidades são responsáveis por todas as despesas efectuadas, referentes à remoção do equipamento e seu depósito, em armazém.
5. A remoção, depósito do bem e as respectivas despesas são notificadas à entidade através de carta registada com aviso de recepção, até 15 dias úteis decorridos sobre a operação, devendo constar da mesma a discriminação dos montantes já despendidos pela Autarquia e o montante da taxa diária de depósito, prevista na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.
6. A restituição do bem pode ser expressamente solicitada à Câmara Municipal de Sintra, no prazo de 15 dias úteis, após a notificação prevista no nº anterior, formalizada através de requerimento próprio segundo o modelo uniforme disponibilizado pela Autarquia em www.cm-sintra.pt dirigido ao Presidente da Câmara, sendo pagas aquando da apresentação do mesmo, todas as quantias devidas com a remoção e o depósito.
7. Caso a entidade não proceda à diligência referida no nº anterior dentro do prazo regulamentar, verifica-se a perda do bem a favor do Município de Sintra o qual lhe dará, consoante o caso, o destino que for mais adequado.



8. Para ressarcir das dívidas com a remoção e o depósito, caso não sejam voluntariamente pagas, aplicam-se os meios coercivos constantes do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

Artigo 25.º

Responsabilidade pelos procedimentos inerentes à realização das iniciativas

1. É da inteira e exclusiva responsabilidade da entidade utilizadora, tendo em vista a realização das iniciativas, requerer as respectivas licenças à Câmara Municipal de Sintra, bem como e quando necessário, aos demais organismos competentes para o efeito.

2. A entidade utilizadora é, igualmente, responsável pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

- a) O pagamento das taxas devidas à Sociedade Portuguesa de Autores, devendo, até ao primeiro dia de espectáculo, ser entregue o comprovativo desse pagamento ao responsável do espaço;
- b) O licenciamento dos espectáculos e demais obrigações decorrentes da criação e exibição de espectáculos, nomeadamente das que resultam do Código de Direitos de Autor e Direitos Conexos;
- c) O pagamento devido aos Bombeiros e à Polícia de Segurança Pública ou Guarda Nacional Republicana e demais entidades, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26.º

Responsabilidade da entidade requerente pela utilização do espaço cedido

1. A entidade requerente obriga-se a devolver o espaço em bom estado de conservação e manutenção, com ressalva das deteriorações decorrentes de uma utilização prudente.

2. A caução prestada pela entidade requerente, aquando do pagamento, destina-se a garantir somente o cumprimento das obrigações de conservação e manutenção corrente do espaço em bom estado, até ao valor prestado.



3. Qualquer dano ou prejuízo que não se integre no nº anterior fica sujeito à responsabilidade civil nos termos gerais.
4. A utilização dos equipamentos municipais manuseados por técnicos da entidade requerente, nos termos do artigo 23.º deste regulamento, é da responsabilidade dos mesmos, sendo a entidade utilizadora solidariamente responsável.
5. É da exclusiva responsabilidade da entidade a quem for cedido o espaço a utilização do mesmo, não se responsabilizando o Município por quaisquer danos causados, pelo desaparecimento de equipamento ou demais material a ser utilizado no evento.
6. Em momento prévio à instalação de equipamentos ou outros materiais no espaço, a entidade requerente pode celebrar um contrato de seguro no âmbito da iniciativa autorizada, que cubra eventuais danos nos mesmos, desde a sua entrega no local até ao seu levantamento.
7. Os prejuízos resultantes de qualquer cancelamento, interrupção ou adiamento de espectáculo, promovido pela entidade utilizadora, por motivos alheios à Câmara Municipal de Sintra, não são da responsabilidade da Autarquia.

Artigo 27.º

Benfeitorias

À entidade utilizadora não é permitido efectuar quaisquer obras ou benfeitorias no espaço cedido.

Artigo 28.º

Divulgação de iniciativas a realizar pela entidade utilizadora

1. Compete à entidade promover as suas próprias iniciativas, devendo fazer constar em suporte de papel, no caso de divulgação impressa, os logótipos da Câmara Municipal de Sintra e do auditório, de acordo com as normas gráficas de utilização dos logótipos fornecidas pela unidade orgânica competente pela comunicação e relações públicas da Autarquia.



2. O material de divulgação deve ser sujeito à aprovação prévia da Autarquia com dez dias de antecedência à efectivação do evento.
3. Nos quinze dias subsequentes ao termo do evento deve ser entregue na unidade orgânica gestora do auditório um exemplar do material de divulgação utilizado, bem como fotocópias dos recortes de imprensa.
4. O Município de Sintra e sempre que o entenda por conveniente pode, em simultâneo, promover as iniciativas das entidades requerentes.
5. O disposto nos nºs anteriores aplica-se, com as devidas adaptações, á inserção de conteúdos em suporte informático.

Artigo 29.º

Condições de salubridade e segurança

1. Compete ao Município manter o auditório, objecto de cedência, em boas condições de conservação e manutenção, não só no que concerne ao estado físico, bem como ao mobiliário e equipamento.
2. É ainda da responsabilidade do Município a manutenção das condições de higiene e de segurança.
3. A segurança dos espaços pode integrar, de acordo com as contingências decorrentes da utilização, designadamente as componentes de videovigilância, vigilância presencial por empresa de segurança, presença da Polícia Municipal no edifício ou das forças de segurança no seu exterior.
4. O uso do sistema de videovigilância deve, em momento prévio à sua operacionalização, estar licenciado pela Comissão Nacional de Protecção de Dados.
5. Em todos os espaços públicos e reservados do auditório a Autarquia não se responsabiliza pelos objectos pessoais dos utilizadores, não havendo direito a qualquer indemnização pelo seu desaparecimento ou dano.
6. A decisão da implementação sistemática das opções de segurança referidas no nº 3 do presente artigo, compete ao eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora do auditório.



Capítulo III

Utilizadores

Artigo 30.º

Direitos dos utilizadores

1. São direitos do público:

- a) aceder à sala de espectáculos;
- b) ser tratado com cortesia, atenção, isenção e igualdade;
- c) apresentar críticas, sugestões, reclamações e propostas fundamentadas devidamente identificadas;
- d) ser informado sobre as actividades do auditório.

2. São direitos das entidades utilizadoras:

- a) circular livremente em todos os espaços públicos do auditório;
- b) ser tratado com cortesia, atenção, isenção e igualdade;
- c) apresentar críticas, sugestões, reclamações e propostas fundamentadas devidamente identificadas;
- d) utilizar o espaço de acordo com as condições de cedência.

Artigo 31.º

Deveres dos utilizadores

São deveres dos utilizadores, designadamente:

- a) cumprir as normas estabelecidas no presente regulamento;
- b) pagar o bilhete, quando o evento não se revista de natureza gratuita.
- c) preencher os impressos que oportunamente sejam entregues, para fins estatísticos e de gestão;
- d) não alterar a colocação dos móveis e equipamentos do auditório;
- e) respeitar e aceitar as indicações transmitidas pelos colaboradores do auditório;
- f) fazer bom uso das instalações e dos equipamentos e não produzir ruídos na sala de espectáculos;



- g) não comer nem beber dentro do auditório, nem transportar alimentos e bebidas para a sala de espectáculos;
- h) não entrar nas instalações com animais, à excepção de cães de assistência;
- i) não utilizar telemóveis, bips, *playstations*, ou outros suportes tecnológicos de forma a não perturbar o regular funcionamento do auditório;
- j) indemnizar o Município dos danos ou perdas da sua responsabilidade;
- k) respeitar e relacionar-se de forma cívica e cortês com os colaboradores municipais e utilizadores do auditório;
- l) não fotografar, nem filmar ou gravar os eventos sem prévia autorização expressa da entidade gestora do Auditório;
- m) abster-se de apresentar comportamentos perturbadores.

Artigo 32.º

Comportamentos perturbadores

1. Consideram-se comportamentos perturbadores, nos termos da alínea m) do artigo anterior todos aqueles que perturbem os utilizadores, colaboradores ou o normal funcionamento do AMAS, nos quais se incluem :

- a) danificar, ou colocar em risco, equipamento do auditório ou de terceiros;
- b) colocar em risco a sua integridade física, ou de terceiros;
- c) importunar ou ameaçar, verbal ou fisicamente, outros utilizadores, colaboradores municipais ou colaboradores da entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS;
- d) utilizar linguagem inapropriada ou ofensiva;
- e) fazer ou provocar barulhos perturbadores como falar alto, gritar, bater com objectos e fechar ou abrir as cadeiras do auditório com violência;
- f) possuir qualquer tipo de arma, exceptuando elementos das forças de segurança ou das forças armadas em exercício de funções;
- g) desenvolver qualquer tipo de actividade ilegal;
- h) vender qualquer tipo de bem ou serviço;
- i) efectuar qualquer tipo de pedido sem autorização prévia do responsável;



- j) efectuar qualquer tipo de questionário, inquérito ou entrevista sem autorização prévia do responsável;
- k) distribuir qualquer tipo de panfleto sem autorização prévia do responsável;
- l) estar sob influência de álcool ou drogas ilícitas;
- m) entrar nas instalações com o traje descomposto e/ou descalço;
- n) ostentar indícios de falta de higiene pessoal que perturbem outros utilizadores os trabalhadores municipais ou colaboradores da entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS;
- o) exercer qualquer tipo de jogo / actividade, exceptuando se o mesmo fizer parte de algum espectáculo em que haja interacção com o público;
- p) fumar dentro das instalações do auditório;
- q) entrar em áreas reservadas ou, temporariamente, assinaladas como inacessíveis.

2. Sem prejuízo do necessário aviso por parte dos colaboradores municipais do auditório ou colaboradores da entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS para que o utilizador cesse o seu comportamento inapropriado e das sanções que ao caso forem aplicáveis, sempre que necessário são chamadas as respectivas autoridades policiais e accionados os procedimentos contra-ordenacionais ou legais adequados.

Capítulo IV

Fiscalização, Incumprimento e sanções

Artigo 33º

Fiscalização

1. A verificação do cumprimento do presente regulamento compete ao dirigente da unidade orgânica gestora do AMAS, ao responsável pelo auditório e aos colaboradores que prestem serviço no espaço ou à entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS
2. Em caso de manifesta necessidade, designadamente de levantamento de auto de notícia por contra-ordenação, pode ser solicitada a presença da Polícia Municipal de Sintra, ou da autoridade policial competente.



Artigo 34.º

Responsabilidade pelos actos dos menores de idade

1. O adulto responsável por menor de idade assume a responsabilidade pelos comportamentos perturbadores, quando não resolvidos entre os colaboradores do auditório e o menor, incluindo o desaparecimento ou dano de equipamentos, sob pena de serem accionados os procedimentos legais apropriados.
2. A Câmara Municipal de Sintra não se responsabiliza por qualquer acidente ou incidente ocorrido com menores de idade.

Artigo 35.º

Sanções aplicáveis às infracções cometidas pelo público

1. As infracções ao disposto nas alíneas a) a l) do nº 1 do artigo 31º são sancionadas com a advertência verbal.
2. O utilizador que, depois de ter sido avisado, nos termos do nº anterior, não acatar as normas regulamentares aplicáveis, é convidado a retirar-se das instalações.
3. A aplicação das sanções às infracções previstas nos nºs anteriores, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contra-ordenacional que ao caso couber, é da competência do responsável pelo auditório e aos colaboradores que prestem serviço no espaço ou da entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS.

Artigo 36.º

Sanções aplicáveis às entidades utilizadoras

1. Sempre que a entidade, a quem foi cedida a utilização do espaço, no âmbito da alínea b) do artigo 11º, viole as normas do presente regulamento fica impedida de o utilizar por um período de um ano.
2. A entidade que desista da realização da iniciativa, sem fundamentada justificação, fica impossibilitada de utilizar o espaço por um período de um ano.



3. O eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura pode revogar o acto de autorização de cedência da utilização, de imediato e sem pré-aviso, sempre que o espaço referido esteja a ser utilizado para um fim diverso do autorizado ou de forma proibida, sem prejuízo da entidade ficar impedida de utilizar o espaço, no período de dois anos consecutivos.
4. No caso previsto no nº anterior, procede-se de imediato à suspensão do evento recorrendo, se necessário à Polícia Municipal de Sintra, para desocupação do espaço.
5. A aplicação das sanções previstas no presente artigo, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contra-ordenacional que ao caso couber, é da competência do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área da cultura, na sequência de participação do dirigente da unidade orgânica gestora do AMAS.

Artigo 37.º

Coimas

Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao caso assista, os comportamentos perturbadores previstos na alínea m) do artigo 31º e descritos nas alíneas constantes do artigo 32º são sancionados como contra-ordenação com coima de 30 € a 150 €.

Artigo 38.º

Processo contra-ordenacional

1. A decisão sobre a instauração do processo de contra-ordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.
2. A instrução dos processos de contra-ordenação referidos no presente regulamento, compete à Câmara Municipal, nos termos da lei.
3. O produto das coimas, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.



Artigo 39.º

Medida da coima

1. A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação.
2. A coima deve sempre exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-ordenação.
3. A tentativa e a negligência são puníveis.

TÍTULO III

Taxas, disposições transitórias e finais

Capítulo I

Taxas

Artigo 40.º

Fundamentação económica-financeira das taxas

1. Face ao enquadramento legislativo do disposto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o valor das taxas é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, sem perder de vista o respeito pelos princípios da prossecução do interesse público local e da justa repartição dos encargos públicos.
2. Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 8º da citada Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, os custos das taxas têm fundamento e reflectem, os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, as amortizações e investimentos realizados ou que venham a ser realizados pela Autarquia no auditório (vd. **Anexo**).



Capítulo II

Disposições Transitórias

Artigo 41.º

Procedimentos pendentes

Os procedimentos que se encontrem pendentes à data da entrada em vigor do presente Regulamento, regem-se pelos princípios e disposições do mesmo.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 42.º

Revogação

É revogado o Regulamento do Auditório Municipal António Silva aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 14 de Março de 2003, bem como as normas de execução e procedimentos de carácter intra-orgânico adoptados pelos serviços que contrariem as disposições deste regulamento.

Artigo 43.º

Interpretação e integração de lacunas

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente regulamento, regem as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
2. As dúvidas suscitadas na interpretação deste regulamento e a resolução de casos omissos são resolvidos por despacho do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura.



Artigo 44.º

Avaliação do Auditório

O auditório incrementa uma política de avaliação permanente do seu desempenho, através de inquéritos regulares à satisfação dos utentes em relação aos serviços prestados e às acções culturais desenvolvidas.

Artigo 45.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias úteis sobre a sua publicitação nos termos legais.

Anexo

Consideram-se, para efeitos de determinação dos custos, os dispêndios com o pessoal de serviço, com as instalações e equipamentos disponíveis no auditório, bem como a aquisição de novos equipamentos.

Pretende-se que estas taxas contribuam para as despesas do seu funcionamento, despesas essas que o munícipe deverá suportar como contrapartida pelo serviço que lhe é prestado.

Para o efeito considera-se o tempo médio despendido por cada colaborador na execução da tarefa em causa, multiplicado pelo custo / minuto.

Acrescem a estes os custos indirectos relativos à aquisição de bens e serviços, consumíveis, electricidade, amortização de mobiliário e equipamento entre outros, seguros, manutenção dos equipamentos, bem como o investimento suportado pelo Município em relação ao espaço.



**PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO
REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO,
FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO
MUNICIPAL ANTÓNIO SILVA**

CONSULTA PÚBLICA – ARTº 101º CPA



- c) Sempre que haja utilização com recurso a iluminação, acresce, às taxas previstas nas alíneas anteriores, o seguinte valor, por hora 2,00 €
3. Utilização do pavilhão, por dia:
- a) Utilização aos dias úteis 50,00 €
- b) Utilização aos fins de semana ou feriados 60,00 €
- c) Sempre que haja utilização com recurso a iluminação, acresce, às taxas previstas nas alíneas anteriores, o seguinte valor, por hora 2,00 €
4. Utilização do ginásio:
- a) Utilização aos dias úteis, por hora 6,00 €
- b) Utilização aos fins de semana ou feriados, por hora 8,00 €
- c) Sempre que haja utilização com recurso a iluminação, acresce, às taxas previstas nas alíneas anteriores, o seguinte valor, por hora 2,00 €

31 de julho de 2017. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

310680769

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 9541/2017

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta n.º 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 217/2017 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lg.º Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail municipio@cm-sintra.pt.

25 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

310678055

MUNICÍPIO DA TROFA

Aviso n.º 9542/2017

Sérgio Humberto Pereira Silva, Presidente da Câmara Municipal da Trofa, torna público que, por meu despacho datado de 12/06/2017, foi renovada a comissão de serviço do Comandante Operacional Municipal (COM), Vitor Manuel da Costa Pinto, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir do dia 24/06/2017, podendo esta cessar, em tempo anterior, aquando da entrada em vigor do diploma que regule a matéria respeitante ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, instituído pela Lei de Bases da Proteção Civil.

26 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Sérgio Humberto Pereira Silva*.

310677359

MUNICÍPIO DE VALONGO

Aviso n.º 9543/2017

Para efeitos do estatuído no n.º 6 artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada no átrio dos Paços do Concelho e publicada na página eletrónica do Município (www.cm-valongo.pt), a ata com as deliberações do júri sobre as reclamações apresentadas após a audiência dos interessados bem como a lista

unitária de ordenação final, devidamente homologada, referente ao procedimento concursal comum de seleção e recrutamento de 1 Técnico Superior — Engenharia Eletrotécnica — ramo Sistemas de Energia na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 12565/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, em 13.10.2016.

28 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Manuel Pereira Ribeiro*.

310677991

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso n.º 9544/2017

Procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, em regime de tempo parcial, na categoria de técnico superior para o preenchimento de seis postos de trabalho.

1 — Em cumprimento do disposto no artigo 19.º, n.º 1, alínea a), da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na versão alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 33.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por Despacho n.º 1/RH/2017, de 21 de julho de 2017, do Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35.º, n.º 2, alínea a), do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 27.º, n.º 2, alínea a), e 33.º, n.º 1, da LTFP, se encontra aberto, ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, na redação da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, pelo prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso na 2.ª série de *Diário da República*, procedimento concursal comum tendo em vista o preenchimento de seis postos de trabalho em regime de tempo parcial, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal em vigor, por recurso à constituição de vínculos de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para desempenho de funções equiparadas à da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior.

2 — Para efeitos do estipulado nos artigos 4.º, n.º 1, e 54.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, conjugados com o artigo 3.º, n.º 1, do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público (doravante RVP) aprovado em Anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento nesta Câmara Municipal, nem ter sido efetuada consulta à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)/Entidade Gestora da Valorização Profissional (EGVP), nos termos do artigo 4.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, por ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento nos termos do artigo 41.º e seguintes da referida portaria.

3 — Não há lugar ao procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional a que se refere o artigo 34.º, n.º 1, do RVP, dado ainda não ter sido publicada a portaria

Projeto de primeiras alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório António Silva – Submissão a consulta pública

Transferir

1 – Aviso

2 – Projeto de Regulamento

Edital 216/2017

Transferir

Notificação de proprietários

Edital 215/2017

Transferir

Notificação de proprietários

Edital 201/2017

Transferir

Notificação de proprietários

Edital 200/2017



AVISO

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o **Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva**, nos termos do artigo 101.º Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital nº 217/2017 nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Munícipe, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail munícipe@cm-sintra.pt.

Paços do Município de Sintra, 25 de Julho de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Basílio Horta)

ENTIDADE / UNIDADE ORGÂNICA:
DJN /DJUR

ASSUNTO: *Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.*

EDITAL Nº 217/2017

N.º SM 30604/2017

Sintra, 18-07-2017 16:40:39

Assunto: Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva - SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA – PROCESSO JURÍDICO Nº 280/2017

Carlos Manuel Pinheiro
da Silva Bordado

Digitally signed by Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
DN: cn=Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado,
c=Portugal, ou=Sintra, ou=Sintra, ou=Sintra,
o=Município de Sintra, o=PT
Reason: I am the signer
Date: 2017.07.18 16:40:39

Exmo. Senhor Presidente,
Concordo, submeto a V.Exa. o projeto de alteração ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, procedimento que se inicia com a submissão a consulta pública, anexando-se os documentos a subscrever por V.Exa. para esse efeito, solicitando-se igualmente autorização para as despesas inerentes às publicações que se impõem.

Ao DCP.

À DAAN/SAAG.

Ao GCOR.

À DCUL.

Todavia, à consideração de V.Exa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

Digitally signed by Sandra Isabel Magno de Brito
DN: cn=Sandra Isabel Magno de Brito,
c=Portugal, ou=Sintra, ou=Sintra, ou=Sintra,
o=Município de Sintra, o=PT
Reason: I am the signer
Date: 2017.07.18 16:40:39

1. Carvalho, António
2. Carvalho, António 12/12

Basílio Horta
Presidente



Informação – Proposta n.º SM 30604
Sintra, 18-JUL-2017

Assunto: Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva - SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA – PROCESSO JURÍDICO Nº 280/2017

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado - DJUR

Para: Exma. Senhora Directora do DJN, Dra. Sandra Brito

I

Na sequência do despacho do despacho do Exmº Senhor Presidente da Câmara de 17 de Maio de 2017, tendo em vista a concretização do documento em epígrafe, o Grupo de Trabalho que integrou o subscritor e a Senhora Dra. Filipa Ferreira, da DCUL, reuniu em 22 de Maio de 2017 com a Senhora Directora do DCD, Dra. Maria João Raposo, tendo-se chegado a um texto que, de forma concensual e com o envolvimento do serviço gestor, permite compatibilizar o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva com o Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra, entretanto alterado por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 25 de Novembro de 2015.

No âmbito da tramitação legalmente estabelecida relativamente ao documento em epígrafe, foi cumprida a constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra, em 23 de Maio de 2017.

Até ao dia 23 de Junho de 2017, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

II

Assim, foi elaborado o texto do Projecto junto o qual foi colocado em 18 de Julho de 2017 à superior consideração do Exmo Senhor Vice-Presidente Vereador Rui Pereira eleito com competências delegadas e sub-delegadas na área da cultura, tendo merecido concordância quanto ao respectivo teor e à subsequente submissão a consulta pública, nos termos do artigo 101º do CPA.

A promoção da consulta pública pode ocorrer nos termos do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013.

Assim, sou de propor a V.Exa. que sejam colocadas **ao superior critério do Exmº Senhor Presidente da Câmara** as seguintes diligências tendo em vista a consulta pública. Assim que:

- Seja autorizada e efectuada através do DCP a publicação de Aviso num jornal a indicar pelo Exmº Senhor Presidente no despacho que for exarado na presente Ip;
- Seja autorizada e efectuada através do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas a inserção do texto do Projecto de Regulamento na página da CMS, no item "documentos em consulta pública", isto sem prejuízo do tratamento noticioso que for entendido por necessário;
- Seja autorizada a publicação de um Aviso na II Série do DR e a respectiva despesa, diligência a promover pelo DCP;
- Seja autorizada a publicação Edital nº 217/2017, nos locais de estilo, a realizar através da DAAN / SAAG;
- Seja dada informação ao Executivo da submissão do Projecto a Consulta Pública.

Proponho ainda que cópia da presente ip, após despacho seja remetida à DCUL para meros efeitos de conhecimento.

À Consideração Superior de V.Exa.

PELO GRUPO DE TRABALHO



(Carlos Bordado)

Técnico Superior Jurista – DJUR

Em Anexo para subscrição por parte do Exmº Senhor Presidente, caso seja entendido:

- Aviso para publicação em II Série de DR;
- Edital nº 217/2017;
- Aviso para a comunicação social;
- Informação à Câmara.



EDITAL n.º 217 / 2017

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o **Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do presente nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Munícipe, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail munícipe@cm-sintra.pt.

Paços do Município de Sintra, 25 de Julho de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basílio Horta)



PATRIMÓNIO MUNDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva

Julho de 2017

DELIBERADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM

APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM ...



Concordo, aprova e
inscreve publico.
[Signature] 18.07.2017.

**Projecto de Primeiras Alterações ao
Regulamento de Organização, Funcionamento e
Utilização do Auditório Municipal António Silva**

Julho de 2017

DELIBERADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM

APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM ...



**Projecto de Primeiras Alterações ao
Regulamento de Organização, Funcionamento e
Utilização do Auditório Municipal António Silva**

PREÂMBULO

O Auditório Municipal António Silva constitui um espaço aglutinador, dinamizador e polivalente de promoção e difusão de actividades culturais, designadamente de espectáculos cénicos, musicais, cinematográficos e artísticos, no Município de Sintra.

O auditório foi nomeado em memória do actor António Silva, comediante, nascido em Lisboa em 1886 e falecido na mesma cidade em 1971, residente sazonalmente na Praia das Maças, figura inesquecível do cinema e da revista à portuguesa que se notabilizou na sua "época de ouro" em filmes como *"O Pátio da Cantigas"*, *"O Leão da Estrela"* ou *"O Grande Elias"*.

Face à importância de que este espaço se reveste na dinâmica do Município, julga-se oportuno regulamentar as condições da sua utilização, elaborando um conjunto de normas que garantam o respeito e zelo pelas suas instalações e equipamentos, por parte de todos os que os utilizam, estabelecendo concomitantemente critérios para apurar responsabilidades e para cedência do espaço a determinadas entidades ou grupos de pessoas, quando e se necessário.

Com a elaboração deste regulamento pretende-se não só disciplinar a actividade do Espaço e o acesso a equipamentos e serviços especialmente vocacionados para o desenvolvimento integral dos munícipes correspondendo, de algum modo, às alterações que as novas formas de produção, difusão, acesso e uso da informação cultural têm provocado na vertente ética e jurídica, na cultura e mentalidade das organizações, nas necessidades de lazer e, enfim, no exercício da cidadania a que todos têm direito.

Por outro lado, tratando-se de um equipamento público de utilização colectiva, a respectiva gestão pode pressupor, em alguns casos, o pagamento de determinados montantes por parte dos utilizadores, de acordo com o estabelecido no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, efectuando-se, em sede do presente regulamento e para as taxas nele previstas o delinear de bases para a fundamentação económico-financeira das mesmas, em cumprimento do disposto na Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

Face ao exposto, o presente regulamento foi sujeito a audiência dos interessados nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo o mesmo, concomitantemente submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, à apreciação pública pelo prazo de trinta dias, através da publicação do Aviso nº 10948/2010, publicado na II Série do Diário da República nº 106, de 1 de Junho de 2010.

Não foram recebidos quaisquer contributos.



Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, número 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 10.º, 15.º, 16.º e 55.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da alínea e) do número 1 do artigo 6.º e número 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro e artigo 13.º, número 1 alínea e) e 20.º número 1 alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.

Decorridos mais de seis anos tornou-se necessário considerar a experiência já adquirida pelos serviços municipais relativamente à gestão do equipamento municipal e ainda compatibilizar o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva com o Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra, entretanto alterado por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 25 de Novembro de 2015.

Em 17 de Maio de 2017 foi decidido que se procedesse aos trabalhos supra mencionados.

Na sequência da publicação de Aviso na página da Câmara Municipal de Sintra, em 23 de Maio de 2017 procedeu-se formalmente ao início do procedimento e ao prazo para a constituição de interessados prevista no n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.

A constituição de interessados, acima referida, decorreu até 23 de Junho de 2017 tendo inexistido formalmente contributos apresentados sobre a matéria.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 e da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprova na sua Sessão realizada em de de, às



chamadas as respectivas autoridades policiais e accionados os procedimentos contra-ordenacionais ou legais adequados.

Capítulo IV

Fiscalização, Incumprimento e sanções

Artigo 33.º

Fiscalização

1. A verificação do cumprimento do presente regulamento compete ao dirigente da unidade orgânica gestora do AMAS, ao responsável pelo auditório e aos colaboradores que prestem serviço no espaço ou à entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS
2. Em caso de manifesta necessidade, designadamente de levantamento de auto de notícia por contra-ordenação, pode ser solicitada a presença da Polícia Municipal de Sintra, ou da autoridade policial competente.

Artigo 34.º

Responsabilidade pelos actos dos menores de idade

1. O adulto responsável por menor de idade assume a responsabilidade pelos comportamentos perturbadores, quando não resolvidos entre os colaboradores do auditório e o menor, incluindo o desaparecimento ou dano de equipamentos, sob pena de serem accionados os procedimentos legais apropriados.
2. A Câmara Municipal de Sintra não se responsabiliza por qualquer acidente ou incidente ocorrido com menores de idade.

Artigo 35.º

Sanções aplicáveis às infracções cometidas pelo público

1. As infracções ao disposto nas alíneas a) a l) do número 1 do artigo 31.º são sancionadas com a advertência verbal.
2. O utilizador que, depois de ter sido avisado, nos termos do número anterior, não acatar as normas regulamentares aplicáveis, é convidado a retirar-se das instalações.
3. A aplicação das sanções às infracções previstas nos números anteriores, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contra-ordenacional que ao caso couber, é da competência do responsável pelo auditório e aos colaboradores que prestem serviço no espaço ou da entidade a quem esteja entregue a gestão corrente do espaço e a programação do AMAS.

Artigo 36.º

Sanções aplicáveis às entidades utilizadoras

1. Sempre que a entidade, a quem foi cedida a utilização do espaço, no âmbito da alínea b) do artigo 11.º, viole as normas do presente regulamento fica impedida de o utilizar por um período de um ano.
2. A entidade que desista da realização da iniciativa, sem fundamentada justificação, fica impossibilitada de utilizar o espaço por um período de um ano.



3. O eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura pode revogar o acto de autorização de cedência da utilização, de imediato e sem pré-aviso, sempre que o espaço referido esteja a ser utilizado para um fim diverso do autorizado ou de forma proibida, sem prejuízo da entidade ficar impedida de utilizar o espaço, no período de dois anos consecutivos.
4. No caso previsto no número anterior, procede-se de imediato à suspensão do evento recorrendo, se necessário à Polícia Municipal de Sintra, para desocupação do espaço.
5. A aplicação das sanções previstas no presente artigo, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contra-ordenacional que ao caso couber, é da competência do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área da cultura, na sequência de participação do dirigente da unidade orgânica gestora do AMAS.

Artigo 37.º

Coimas

Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao caso assista, os comportamentos perturbadores previstos na alínea m) do artigo 31º e descritos nas alíneas constantes do artigo 32º são sancionados como contra-ordenação com coima de 30 € a 150 €.

Artigo 38.º

Processo contra-ordenacional

1. A decisão sobre a instauração do processo de contra-ordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.
2. A instrução dos processos de contra-ordenação referidos no presente regulamento, compete à Câmara Municipal, nos termos da lei.
3. O produto das coimas, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.

Artigo 39.º

Medida da coima

1. A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação.
2. A coima deve sempre exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-ordenação.
3. A tentativa e a negligência são puníveis.



TÍTULO III

Taxas, disposições transitórias e finais

Capítulo I

Taxas

Artigo 40.º

Fundamentação económica-financeira das taxas

1. Face ao enquadramento legislativo do disposto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o valor das taxas é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, sem perder de vista o respeito pelos princípios da prossecução do interesse público local e da justa repartição dos encargos públicos.

2. Nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 8º da citada Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, os custos das taxas têm fundamento e reflectem, os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, as amortizações e investimentos realizados ou que venham a ser realizados pela Autarquia no auditório (vd. **Anexo**).

Capítulo II

Disposições Transitórias

Artigo 41.º

Procedimentos pendentes

Os procedimentos que se encontrem pendentes à data da entrada em vigor do presente Regulamento, regem-se pelos princípios e disposições do mesmo.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 42.º

Revogação

É revogado o Regulamento do Auditório Municipal António Silva aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 14 de Março de 2003, bem como as normas de execução e procedimentos de carácter intra-orgânico adoptados pelos serviços que contrariem as disposições deste regulamento.

Artigo 43.º

Interpretação e integração de lacunas

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente regulamento, regem as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2. As dúvidas suscitadas na interpretação deste regulamento e a resolução de casos omissos são resolvidos por despacho do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura.



Artigo 44.º

Avaliação do Auditório

O auditório incrementa uma política de avaliação permanente do seu desempenho, através de inquéritos regulares à satisfação dos utentes em relação aos serviços prestados e às acções culturais desenvolvidas.

Artigo 45.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias úteis sobre a sua publicitação nos termos legais.

Anexo

Consideram-se, para efeitos de determinação dos custos, os dispêndios com o pessoal de serviço, com as instalações e equipamentos disponíveis no auditório, bem como a aquisição de novos equipamentos.

Pretende-se que estas taxas contribuam para as despesas do seu funcionamento, despesas essas que o munícipe deverá suportar como contrapartida pelo serviço que lhe é prestado.

Para o efeito considera-se o tempo médio despendido por cada colaborador na execução da tarefa em causa, multiplicado pelo custo / minuto.

Acrescem a estes os custos indirectos relativos à aquisição de bens e serviços, consumíveis, electricidade, amortização de mobiliário e equipamento entre outros, seguros, manutenção dos equipamentos, bem como o investimento suportado pelo Município em relação ao espaço.



Certidão de Afixação


(1) Célia Guerra Luz

(2) Assistente Técnico

----Certifico que, nesta data, afixei no Gabinete de Apoio ao Município, (3) o **Edital nº 217/2017**, (4) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, (5) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----Sintra, 25 de julho de 2017.-----

(6) 

(1) Nome. (2) Categoria. (3) Edital, Aviso, etc. (4) Entidade que publica o documento. (5) Indicação do assunto. (6) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1

(1) _____

Certidão de Afixação

(2)

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o **Edital** n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

-----, ____/____/2017.-----

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



Exmo. Senhor
M.I. Presidente da Junta / União de
Freguesia(s)
(TODAS)

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
DAAD/SAAG/48095

ASSUNTO: AFIXAÇÃO DE EDITAL


Roga-se a V. Exa. o obséquio de mandar proceder à afixação nos lugares públicos do costume, do **Edital nº217/2017**, referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.

Requer-se o envio da certidão de afixação que se anexa.

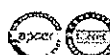
Com os melhores cumprimentos,

**POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NOS TERMOS DO DESPACHO Nº 10 - P/2014, DE 06 DE JANEIRO**

O VEREADOR


(Eduardo Quinta Nova)

/CL





(1) _____

Certidão de Afixação

(2)

Valter Manuel Antunes Januário
Presidente da Junta da Freguesia Algueirão-Mem Martins

(3)

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o **Edital** n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- 01 ABO, 2017 / / 2017.-----

O Presidente da Junta da Freguesia

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) Junta Freg. Casal Cambra

Certidão de Afixação

(2)

FERNANDA SANTOS

Presidente da Junta de Freguesia
de Casal de Cambra

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

---C. Cambra, 31 10 / 2017.-----

(7)



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) COLARES

Certidão de Afixação

(2) Vitalino Cara D'Anjo

(3) Assistente Operacional

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

----Colares, 31/7 / 2017,-----

(7) Cara D'Anjo

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) Junta de Freguesia de Rio deouro

Certidão de Afixação

(2) Rosa Maria Gomes dos Santos

(3) Teboreira da Junta de Freguesia

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

----Rio deouro, 01/08/2017.-----



(7) Rosa Maria Santos

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra

Certidão de Afixação

Carlos Miguel Casimiro Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra, certifica que nesta data, afixou nos locais de estilo, o **Edital nº. 217/2017**, referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

Aqualva-Cacém, 01 de agosto de 2017. -----

O Presidente,

Carlos Casimiro

/AA

(1) Junta de Freguesia Alu. Bispo, Freg. Balsem, Portelava

Certidão de Afixação

(2) Alu. Alexandre de Jesus Maximiano

(3) Presidente da Junta de Freguesia

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino,----

---- Alu. Bispo , 07/08/2017.-----

(7) Dr. Basílio Horta

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) União das Freguesias do Cacém e S. Marcos

Certidão de Afixação

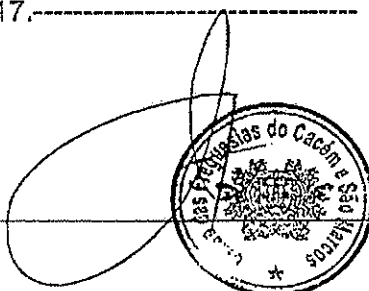
(2) Jose Estrela Dente

(3) Presidente,

---Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

---Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

--- Cacém, 03/08/2017.-----

(7) 

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

União de Freguesias
Massamá e Monte Abraão

(1) _____

Certidão de Afixação

(2) TANZA DA LUZ SILVEIRA LOPES

(3) ASSISTENTE TÉCNICA

—Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva. _____

—Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino. —

— MASSAMÁ, 31 / 07 / 2017. —



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) União das Freguesias de Queluz e Belas

Certidão de Afixação

(2) Artur Severino Rodrigues

(3) Assistente Técnico

---Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

---Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

---Queluz e Belas, 03/08/2017.-----

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



Certidão de Afixação

(2) Fernando Nunes Miguel Andrade, Assistente Técnico
Da União das Freguesias de S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM

(3)

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- São João das Lampas, 01/08/2017. -----

 União das Freguesias 

S. João das Lampas e Terrugem

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) União das Freguesias de Sintra

Certidão de Afixação

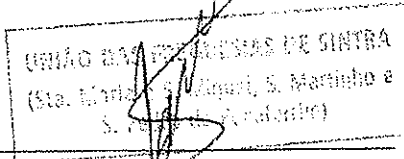
(2) Edital

(3) Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o **Edital** n.º 217/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

-----Sintra, 31 / 07 / 2017.-----

(7) 

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

N.º SM 30604/2017

Sintra, 18-07-2017 16:40:39

Assunto: Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva - SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA – PROCESSO JURÍDICO N.º 280/2017

Carlos Manuel Pinheiro
da Silva Bordado

Assunto: Assunto: Carlos Manuel Pinheiro da
Silva Bordado
DN CNP Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
DN CNP Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
DN CNP Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
DN CNP Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
Data: 2017-07-18 16:40:39

Exmo. Senhor Presidente,
Concordo, submeto a V.Exa. o projeto de alteração ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, procedimento que se inicia com a submissão a consulta pública, anexando-se os documentos a subscrever por V.Exa. para esse efeito, solicitando-se igualmente autorização para as despesas inerentes às publicações que se impõem.

Ao DCP.

A DAAN/SAAG.

Ao GCOR.

A DCUL.

Todavia, à consideração de V.Exa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

Assunto: Assunto: Sandra Isabel Magno de Brito
DN CNP Sandra Isabel Magno de Brito
DN CNP Sandra Isabel Magno de Brito
DN CNP Sandra Isabel Magno de Brito
Data: 2017-07-18 16:40:39

1. Carlos Manuel Pinheiro
2. Carlos Manuel Pinheiro 11/2/17

Basílio Horta
Presidente



Informação – Proposta n.º SM 30604
Sintra, 18-JUL-2017

Assunto: Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva - SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA – PROCESSO JURÍDICO Nº 280/2017

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado - DJUR

Para: Exma. Senhora Directora do DJN, Dra. Sandra Brito

I

Na sequência do despacho do despacho do Exmº Senhor Presidente da Câmara de 17 de Maio de 2017, tendo em vista a concretização do documento em epígrafe, o Grupo de Trabalho que integrou o subscritor e a Senhora Dra. Filipa Ferreira, da DCUL, reuniu em 22 de Maio de 2017 com a Senhora Directora do DCD, Dra. Maria João Raposo, tendo-se chegado a um texto que, de forma concensual e com o envolvimento do serviço gestor, permite compatibilizar o Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva com o Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra, entretanto alterado por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra de 25 de Novembro de 2015.

No âmbito da tramitação legalmente estabelecida relativamente ao documento em epígrafe, foi cumprida a constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra, em 23 de Maio de 2017.

Até ao dia 23 de Junho de 2017, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

II

Assim, foi elaborado o texto do Projecto junto o qual foi colocado em 18 de Julho de 2017 à superior consideração do Exmo Senhor Vice-Presidente Vereador Rui Pereira eleito com competências delegadas e sub-delegadas na área da cultura, tendo merecido concordância quanto ao respectivo teor e à subsequente submissão a consulta pública, nos termos do artigo 101º do CPA.

A promoção da consulta pública pode ocorrer nos termos do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013.

Assim, sou de propor a V.Exa. que sejam colocadas **ao superior critério do Exmº Senhor Presidente da Câmara** as seguintes diligências tendo em vista a consulta pública. Assim que:

- Seja autorizada e efectivada através do DCP a publicitação de Aviso num jornal a indicar pelo Exmº Senhor Presidente no despacho que for exarado na presente lp;
- Seja autorizada e efectivada através do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas a inserção do texto do Projecto de Regulamento na página da CMS, no item "documentos em consulta pública", isto sem prejuízo do tratamento noticioso que for entendido por necessário;
- Seja autorizada a publicação de um Aviso na II Série do DR e a respectiva despesa, diligência a promover pelo DCP;
- Seja autorizada a publicitação Edital nº 217/2017, nos locais de estilo, a realizar através da DAAN / SAAG;
- Seja dada informação ao Executivo da submissão do Projecto a Consulta Pública.

Proponho ainda que cópia da presente lp, após despacho seja remetida à DCUL para meros efeitos de conhecimento.

À Consideração Superior de V.Exa.

PELO GRUPO DE TRABALHO



(Carlos Bordado)

Técnico Superior Jurista – DJUR

Em Anexo para subscrição por parte do Exmº Senhor Presidente, caso seja entendido:

- Aviso para publicação em II Série de DR;
- Edital nº 217/2017;
- Aviso para a comunicação social;
- Informação à Câmara.



AVISO

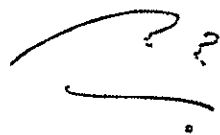
Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o **Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva**, nos termos do artigo 101.º Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital nº 217/2017 nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Municípe, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail municipe@cm-sintra.pt.

Paços do Município de Sintra, 25 de Julho de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Basílio Horta)



ATA Nº 18/17

89ª REUNIÃO ORDINÁRIA E PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA REALIZADA NO DIA 2 DE AGOSTO DE 2017.

266

No dia 2 de agosto de 2017 reuniu nos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Sintra, presidida pelo Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca (Partido Socialista)

Estiveram presentes os seguintes Vereadores:

- Rui José da Costa Pereira (Partido Socialista)
- Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Partido Socialista)
- Marco Paulo Caldeira de Almeida (Sintrenses com Marco Almeida)
- Maria Paula Gomes Pinto Simões (Sintrenses com Marco Almeida)
- José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva (Sintrenses com Marco Almeida)
- Márcia Cristina Fitas Fernandes Chiolas, em substituição ao abrigo do Art. 78º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro (Sintrenses com Marco Almeida)
- Luís Manuel Pires Patrício (Coligação Sintra Pode Mais-PPD/PSD e CDS/PP)
- Pedro Manuel da Costa Ventura (Coligação Democrática Unitária)

Às 10 horas, verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram justificadas as faltas do Sr. Vereador Eduardo Quinta Nova por se encontrar em gozo de férias e da Sra. Vereadora Paula Neves por estar de baixa médica. (a fls.280)

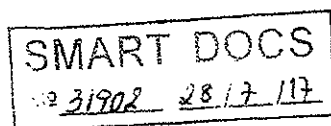
O Sr. Presidente deu conhecimento, nos termos dos nº1 e nº 2 do Art. 78º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, do pedido de substituição do Sr. Vereador Carlos Parreiras Fernandes, no dia 2 de agosto de 2017. (a fls.281)

A vaga ocorrida foi preenchida pela Sra. Vereadora Márcia Cristina Fitas Fernandes Chiolas, nos termos do Art. 79º, nº 1 do diploma legal acima referido.

O Sr. Vereador Marco Almeida, referiu: Tenho 2 assuntos para trazer de uma forma muito direta e que levam pouco tempo. Um tem a ver com o resultado obtido e a vitória alcançada nesta primeira fase das Sete Maravilhas, Aldeias do Mar, congratulando a Câmara pelo lançamento da candidatura e pelo resultado obtido.

Queríamos também obter uma simples informação que tem a ver com os custos associados à campanha e os gastos que foram desenvolvidos pela Câmara no conjunto da iniciativa que a Câmara levou a cabo. Gostaríamos também de ter os dados detalhados daquilo que foi gasto pela Câmara, embora com um resultado positivo – já o disse no princípio da minha intervenção – em que ficou a ganhar o Concelho, as Azenhas do Mar e os Sintrenses.

Um outro assunto tem a ver com uma notícia da “Saloia TV”, sobre o Assessor Rui Mateus, que está presente e que aproveito para cumprimentar, assim como o Dr. Paulo Gomes, em que são levantadas algumas dúvidas relativamente à questão da ligação à Câmara.



[Handwritten signature]

280

INFORMAÇÃO À CÂMARA

Levo ao conhecimento dos Exm^{os} Senhores Vereadores que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, decidi que o **Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva** fosse submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 (trinta) dias.

Paços do Concelho de Sintra, 25 de Julho de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

[Handwritten signature]

(Basílio Horta)

Reunião de

02 AGO. 2017

Ponto 1 da Ordem do Dia
Informação Nº 2



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





**PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO
REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO,
FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO
MUNICIPAL ANTÓNIO SILVA**

INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ARTº 98º CPA

2011-05-25 14:00

Documentos Públicos

Consultar Documentos Administrativos

Consultar



Câmara Municipal de Sintra



Alameda da República, 100-101

1200-018 Sintra

Telefone: 21 494 00 00

Fax: 21 494 00 01

Correio Eletrónico: geral@cm-sintra.pt

www.cm-sintra.pt

Documentos Administrativos

Documentos Administrativos

Documentos Administrativos

Documentos Administrativos

Documentos Administrativos

Documentos Administrativos

2011-05-25 14:00

Documentos Administrativos

2011-05-25 14:00

Documentos Administrativos

2011-05-25 14:00



AVISO

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público, ao abrigo do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, **que decidiu** que se proceda aos trabalhos de actualização e de adequação e compatibilização das normas do Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva com o disposto no Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra

A constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de Janeiro, bem como a apresentação de eventuais contributos pode ocorrer no prazo de 30 dias contados a partir da data do presente Aviso, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para o Departamento Jurídico e de Notariado da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail djn@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Concelho de Sintra...23... de Maio de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basílio Horta)



c) Sempre que haja utilização com recurso a iluminação, acresce, às taxas previstas nas alíneas anteriores, o seguinte valor, por hora	2,00 €
3. Utilização do pavilhão, por dia:	
a) Utilização aos dias úteis	50,00 €
b) Utilização aos fins de semana ou feriados	60,00 €
c) Sempre que haja utilização com recurso a iluminação, acresce, às taxas previstas nas alíneas anteriores, o seguinte valor, por hora	2,00 €
4. Utilização do ginásio:	
a) Utilização aos dias úteis, por hora	6,00 €
b) Utilização aos fins de semana ou feriados, por hora	8,00 €
c) Sempre que haja utilização com recurso a iluminação, acresce, às taxas previstas nas alíneas anteriores, o seguinte valor, por hora	2,00 €

31 de julho de 2017. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

310680769

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 9541/2017

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta n.º 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização do Auditório Municipal António Silva, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 217/2017 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail municipio@cm-sintra.pt.

25 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.
310678055

MUNICÍPIO DA TROFA

Aviso n.º 9542/2017

Sérgio Humberto Pereira Silva, Presidente da Câmara Municipal da Trofa, torna público que, por meu despacho datado de 12/06/2017, foi renovada a comissão de serviço do Comandante Operacional Municipal (COM), Vitor Manuel da Costa Pinto, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir do dia 24/06/2017, podendo esta cessar, em tempo anterior, aquando da entrada em vigor do diploma que regule a matéria respeitante ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, instituído pela Lei de Bases da Proteção Civil.

26 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Sérgio Humberto Pereira Silva*.

310677359

MUNICÍPIO DE VALONGO

Aviso n.º 9543/2017

Para efeitos do estatuído no n.º 6 artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada no átrio dos Paços do Concelho e publicada na página eletrónica do Município (www.cm-valongo.pt), a ata com as deliberações do júri sobre as reclamações apresentadas após a audiência dos interessados bem como a lista

unitária de ordenação final, devidamente homologada, referente ao procedimento concursal comum de seleção e recrutamento de I Técnico Superior — Engenharia Eletrotécnica — ramo Sistemas de Energia na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 12565/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, em 13.10.2016.

28 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Manuel Pereira Ribeiro*.

310677991

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso n.º 9544/2017

Procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, em regime de tempo parcial, na categoria de técnico superior para o preenchimento de seis postos de trabalho.

1 — Em cumprimento do disposto no artigo 19.º, n.º 1, alínea a), da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na versão alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 33.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por Despacho n.º 1/RH/2017, de 21 de julho de 2017, do Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35.º, n.º 2, alínea a), do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 27.º, n.º 2, alínea a), e 33.º, n.º 1, da LTFP, se encontra aberto, ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, na redação da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, pelo prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso na 2.ª série de *Diário da República*, procedimento concursal comum tendo em vista o preenchimento de seis postos de trabalho em regime de tempo parcial, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal em vigor, por recurso à constituição de vínculos de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para desempenho de funções equiparadas à da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior.

2 — Para efeitos do estipulado nos artigos 4.º, n.º 1, e 54.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, conjugados com o artigo 3.º, n.º 1, do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público (doravante RVP) aprovado em Anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento nesta Câmara Municipal, nem ter sido efetuada consulta à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)/Entidade Gestora da Valorização Profissional (EGVP), nos termos do artigo 4.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, por ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento nos termos do artigo 41.º e seguintes da referida portaria.

3 — Não há lugar ao procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional a que se refere o artigo 34.º, n.º 1, do RVP, dado ainda não ter sido publicada a portaria

